

Apresentação

Theophilos Rifiotis¹
Fernanda Cardozo²

Esta coletânea reúne os resultados do Projeto Coletivo *Estudos da judicialização da “violência de gênero” e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina*, realizado no âmbito das atividades do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação geral do professor Theophilos Rifiotis, com apoio do CNPq³. O Projeto envolveu uma rede de pesquisa com a participação da UFSC, da Universidade Federal e Juiz de Fora (UFJF), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), além da colaboração de pesquisadoras da Argentina que atuam na Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e na Universidad de Buenos Aires (UBA).

A partir dos esforços de cada núcleo de pesquisa integrante do Projeto e da premente troca entre eles, portanto, foram produzidos os resultados que compõem a presente coletânea. Trata-se de pesquisas de longa duração, iniciadas em 2018 e, mediante a liberação dos recursos do CNPq, estendidas até 2021. Ao finalizarmos a pesquisa de campo, iniciamos a análise do material coletado. Com os diálogos entre as equipes e a revisão dos relatórios parciais produzidos, partimos para a etapa de difusão dos resultados da pesquisa, que foi realizada a partir de uma série de vídeos sobre a temática do projeto. Em um primeiro momento, tais vídeos trouxeram entrevistas junto a pesquisadoras renomadas no nosso campo e a profissionais que atuam diretamente nas práticas judiciárias de casos de “violência de gênero”. As publicações audiovi-

1 Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Laboratório de Estudos das Violências (UFSC).

2 Laboratório de Estudos das Violências (UFSC).

3 Chamada nº 22/2016 – Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Linha de pesquisa: 2 (Cidadania, violência e direitos humanos).

suais que se seguiram dentro da mesma série, por sua vez, trataram de entrevistas entre pesquisadoras e pesquisadores da equipe do Projeto com o intuito de divulgar uma prévia das discussões que comporiam o Seminário Integrativo, realizado em 3 de maio de 2021. Tanto o evento quanto os vídeos foram amplamente divulgados no Instagram (@levi-sufsc) e no Youtube (canal Laboratório LEVIS UFSC), além do site do LEVIS (www.levis.ufsc.br)⁴. Finalmente, publicamos um primeiro livro realizado a partir do Projeto que se propõe a apresentar uma revisão crítica do campo dos estudos da judicialização da “violência de gênero”⁵. Assim, a presente coletânea sinaliza a finalização deste Projeto através da divulgação dos resultados específicos alcançados pelas equipes que realizaram o trabalho de campo nas cidades de Florianópolis (SC), Juiz de Fora (MG), Natal (RN), Lages (SC) e Uruguaiana (RS) e na Argentina.

Com foco na temática da judicialização e das práticas alternativas de justiça, o projeto nasceu com o objetivo de mapear e descrever mecanismos e práticas de promoção de justiça, de reparação moral e de mediação em casos de “violência de gênero” identificados pelos sistemas de justiça no Brasil e na Argentina, numa abordagem comparada. Buscamos, portanto, evidenciar através de pesquisas de campo aspectos judicializantes e experimentos ditos “alternativos” que marcam a rede de atenção à “violência de gênero” no Brasil, bem como os dispositivos jurídicos no Brasil e na Argentina. Para tanto, estruturamos um estudo baseado na extensiva pesquisa de campo em cinco municípios de médio porte no Brasil (Florianópolis, Lages, Juiz de Fora, Natal e Uruguaiana) e no levantamento e análise de normativas e dispositivos jurídicos na Argentina – este último sob a coordenação das Profas. Olga G. Brunatti (Universidad Nacional de La Plata) e Natalia Castelnuovo Biraben (Universidad de Buenos Aires).

4 O Seminário Integrativo foi realizado com o objetivo de apresentar os principais resultados do projeto. Contou não apenas com as debatedoras convidadas (Profas. Guita Debert, Miriam Grossi e Maria Filomena Gregori), mas também com a honrosa presença de avaliadoras do CNPq (Profas. Clarissa Eckert Baeta Neves, Maria Lygia Quartim de Moraes, Ana Regina Gomes Bezerra e Júlia Campos Climaco). As apresentações e o debate estão disponíveis no canal do LEVIS no Youtube [<https://www.youtube.com/channel/UCZOKk-1d-0rZhXGZqHqNArw>] e no perfil do laboratório no Instagram [<https://www.instagram.com/levisufsc/>].

5 A revisão crítica proposta no primeiro livro do Projeto traz reflexões que tomam o trabalho de Mariza Corrêa como fonte inspiradora, iniciando com a publicação das Conclusões de *Morte em Família*, obra imprescindível para o campo da judicialização da “violência de gênero”, além de um texto de Guita Grin Debert assinado com Tatiana Santos Perrone, dois capítulos de Maria Filomena Gregori, e uma revisão geral do campo proposta por Theophilos Rifiotis. Conferir o livro *Judicialização da Violência de Gênero em Debate: perspectivas analíticas*, organizado por Theophilos Rifiotis e Fernanda Cardozo e publicado em 2021.

Para a condução de um projeto de pesquisa multissituado e, portanto, com múltiplos focos etnográficos em diferentes regiões do país, contamos com coordenações locais nas cidades eleitas para a realização do estudo. As coordenadoras foram responsáveis pela formação das equipes locais e pela condução das investigações de campo, com base tanto em categorias analíticas que orientam sua formação e seus núcleos de pesquisa quanto em debates e conceitos partilhados coletivamente dentro do projeto⁶.

As equipes de Florianópolis foram organizadas em torno do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências, núcleo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) e do Margens (Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, vinculado ao Departamento de Psicologia), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁷. Elas contaram com a participação de alunas de mestrado/doutorado e pós-doutorado (Matilde Quiroga Castellano, Patricia Marcondes Amaral da Cunha e Fernanda Cardozo), além de bolsistas de iniciação científica matriculadas em cada um dos cursos envolvidos: o LEVIS, coordenado pelo Prof. Theophilos Rifiotis, incorporou a bolsista Fernanda Raizer Gomes, estudante de ciências sociais da UFSC; e o Margens, núcleo coordenado pelo Prof. Adriano Beiras, teve como bolsista a estudante Bibiana Beck Garbero.

Em Lages, cidade da serra catarinense, professora Mareli Eliane Graupe reuniu uma grande equipe de parceiras e parceiros do núcleo por ela coordenado, o GECAL (Grupo de Pesquisa em Gênero, Educação e Cidadania na América Latina), vinculado ao curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). A equipe, multidisciplinar, contou com estudantes de graduação e pós-graduação, professoras universitárias e profissionais da rede de serviços voltada à “violência de gênero” (funcionárias da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, psi-

⁶ Para uma visão geral dos referenciais teóricos do Projeto, indicamos a sistematização proposta pelo professor Theophilos Rifiotis publicada no nosso primeiro livro, no capítulo intitulado *Entre alavanca e arena. Aporias da judicialização da «violência de gênero» no Brasil (Tópicos de Pesquisa)*.

⁷ Destacamos e agradecemos também a participação da professora Cecília Estela Giuffra Palomino, então professora substituta no Departamento de Informática e Estatística da UFSC e atualmente professora nas Faculdades Senac de Florianópolis e de Palhoça. Sua atuação na formulação e no gerenciamento de recursos tecnológicos e de comunicação foi imprescindível ao projeto. Agradecemos ainda à professora Lúcia Helena Martins Pacheco, colaboradora da parte de tecnologia e informação do Projeto.

cóloga policial, facilitadoras em Justiça Restaurativa, assessora jurídica, etc.) – pessoas que atuaram como colaboradoras ou como consultoras, sobretudo na primeira etapa do projeto. As bolsistas de iniciação científica foram Gabriela Feldhaus de Souza, estudante de psicologia da UNIPLAC; e Natielle Machado Santos, matriculada no curso de serviço social na mesma universidade.

Em Uruguaiana, município do Rio Grande do Sul, professora Alinne Bonetti montou sua equipe multidisciplinar a partir do Grupo de Pesquisa Tuna – Gênero, Educação e Diferença, núcleo vinculado à Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Marina Reis Marty, estudante de educação física, foi a bolsista de iniciação científica do projeto. E, mediante um processo interno à Unipampa, mais duas bolsistas passaram a colaborar com o projeto: Mariana Pinto da Fontoura, aluna de fisioterapia; e Bruna Sarini Cardoso Alifredi, aluna de enfermagem.

Em Juiz de Fora (Minas Gerais), professora Marcella Beraldo de Oliveira, vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu uma equipe formada por Andréa Lúcia Horta e Silva, advogada e mediadora que atuou como pesquisadora voluntária; e por bolsistas de iniciação científica que atuaram em momentos distintos – Bianca Souza Carvalho ao longo de 2018; e Mariana Gomes nos anos de 2019 e 2020. Mariana defendeu seu TCC a partir da pesquisa iniciada no Projeto, sendo que integrou sua banca o professor Theophilos Rifiotis⁸.

Por fim, em Natal, professora Rozeli Maria Porto, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), orientou as bolsistas de iniciação científica Lyane Emanuelle da Silveira Vicente (2018 e 2019) e Natália Yolanda de Carvalho Araújo (2020), ambas estudantes de ciências sociais. O trabalho de conclusão de curso de Lyane teve como tema a discussão que ela e sua orientadora desenvolveram ao longo da execução do Projeto. Para a primeira etapa da pesquisa, professora Rozeli, na qualidade de coordenadora em Natal, reuniu na equipe do projeto professoras vinculadas a seu núcleo de pesquisa, o GCS (Grupo Corpo, Gênero e Sexualidade): Elisete Schwade, Ângela Facundo e Paulo Victor Leite Lopes.

⁸ Cf. GOMES, Mariana. *Violência de gênero e práticas alternativas*: as propostas reflexivas com os homens autores de violência contra as mulheres. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

Apoiado na previsão do longo período de vigência do projeto, o cronograma da pesquisa foi construído com base em etapas que organizaram um conjunto de atividades e de objetivos em comum para todas as equipes envolvidas. A primeira etapa se baseou, de um lado, no levantamento bibliográfico dos campos de estudos sobre “violência de gênero”, judicialização e judicialização da violência de gênero; e de outro no mapeamento e na caracterização dos serviços voltados a pessoas em situação de “violência de gênero” (ou “doméstica”) disponibilizados em cada localidade em que se realizava a pesquisa. Identificados os serviços existentes, seus responsáveis (coordenadores, idealizadores, operadores) foram entrevistados com o objetivo de refletir sobre a função do serviço, seu início, suas potencialidades e dificuldades. Todas essas informações, construídas no diálogo entre pesquisadoras/es e responsáveis pelos serviços, foram registradas em diários de campo e em formulários padronizados – estes, por sua vez, continham as questões centrais a serem abordadas nas entrevistas. As atividades de levantamento bibliográfico e de mapeamento dos serviços foram conduzidas de acordo com as linhas de pesquisa e do enfoque teórico de cada núcleo de pesquisa e de cada coordenadora local. A riqueza dessa pluralidade (de formações, de perspectivas, de regiões e de instituições de ensino) refletiu na diversidade do material teórico reunido.

As etapas seguintes foram dedicadas às observações etnográficas, propriamente. Cada equipe definiu, com base nas informações levantadas no processo de mapeamento dos serviços, um planejamento em torno dos locais ou dos serviços que seriam acompanhados, observados e descritos. Instituições como a Polícia Civil e a Polícia Militar, o judiciário e centros de acolhimento psicossocial figuraram entre aquelas eleitas pelas equipes. De acordo com a rede de serviços em cada região (mais ampla e consistente em alguns casos, mais frágil e exígua em outros), as equipes se distribuíram entre diferentes serviços disponíveis ou se concentraram em acompanhar uma mesma atividade e o que ela poderia render analiticamente. Nessas incursões etnográficas, foram acompanhados tanto serviços implicados na judicialização – práticas e processos judiciais – quanto as chamadas práticas alternativas. Essas duas dimensões da rede de serviço foram contempladas de modo conjunto,

no fazer etnográfico e no seguir os fluxos do campo. De fato, muitos dos serviços que consideraríamos alternativos ou de caráter autocompositivo acabam sendo oferecidos dentro do judiciário ou em articulação com ele, dificultando uma separação entre o que se inscreve no âmbito da judicialização e o que se coloca à parte dele. Essas costuras, porosidades e/ou interseções entre serviços sociojudiciários e ações voltadas a objetivos extrajudiciais aparecem descritas nos vários relatórios periódicos enviados por cada equipe, os quais trazem ricas descrições no que diz respeito às características dos serviços, ao funcionamento das redes, à relação entre operadores e usuários, aos limites e potencialidades das ações, aos fundamentos epistemológicos dos programas, à personalidade ou à impessoalidade da rede, às controvérsias legais e políticas, etc.

Em resumo, gostaríamos de sublinhar que a aprovação do Projeto foi uma grande oportunidade para toda a equipe proponente. Em se tratando do Brasil, a viabilidade financeira e institucional proporcionada pelo CNPq no âmbito desse processo possibilitou, em um cenário de cortes e de escassez de recursos na área de ciências humanas, que criássemos condições para a experiência de pesquisa e para a formação científica de alunas de graduação tanto em instituições públicas (UFSC, UFRN, UFJF, Unipampa) quanto em instituições privadas (UNIPLAC). Também foi possível, por meio dos recursos do projeto, que estudantes de diferentes cursos e em diferentes graus de formação investissem em sua pesquisa de campo e na escrita de seus projetos e trabalhos de conclusão de curso, dentro da temática da pesquisa coletiva; e que experientes professores/as pesquisadores/as que o integram estabelecessem novos diálogos e perspectivas em busca de originalidade e inovações teóricas no campo da violência de gênero, inclusive pensando e discutindo políticas públicas na área.

Portanto, além das bolsas, que constroem condições materiais e institucionais para o processo de aprendizado de jovens estudantes, destacamos a importância central da validação institucional cedida, pelo CNPq, a um projeto que anima pesquisadoras e pesquisadores envolvidos no campo de pesquisa e que reúne e movimenta núcleos de pesquisa relacionados à temática. Dentro do espaço do projeto, participando de suas atividades e de seus objetivos ao longo do período de vigência,

atuaram não apenas coordenadores/as e bolsistas, mas pesquisadoras/es e estudantes associadas/os que integraram parcial ou integralmente o planejamento, as entrevistas e as discussões teóricas em uma e outra etapas. O projeto abrigou pesquisas, intenções e interesses de estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado, abarcando também projetos individuais e conferindo-lhes legitimidade institucional e espaços de diálogos e de trocas acadêmicas.

Ademais, é preciso ter em conta que o Projeto não se circunscreveu apenas a redes acadêmicas. Com vistas a atividades de difusão de conhecimentos, buscamos estabelecer parcerias com intervenientes no campo relativo ao projeto (instituições, serviços, operadores), fosse propondo ajuda intelectual para a construção de projetos ou criação de material, fosse oferecendo recursos humanos para realização de seminários e formações custeadas pelas instituições envolvidas⁹, fosse ainda atuando em reuniões e grupos para proposição de serviços e de políticas públicas¹⁰.

O capítulo que abre a apresentação dos resultados do projeto é assinado por Marcella Beraldo de Oliveira, Andréa Lúcia Horta e Silva e Mariana Gomes. As autoras descrevem o processo de judicialização da violência de gênero na cidade de Juiz de Fora, percorrendo diferentes instituições, serviços e projetos que compõem a rede de atenção à temática na localidade. Na etnografia, que acompanha e descreve os fluxos da denúncia, ganha centralidade a Casa da Mulher, instituição municipal que atua como a “porta de entrada” das mulheres em situação de violência na rede de acolhimento e nos serviços judiciários. Localizada no mesmo prédio em que funciona a delegacia especializada, a recepção da Casa da Mulher acaba operando uma espécie de filtro que classifica e encaminha, de acordo com a “gravidade”, os casos que chegam à instituição, muito embora não haja um investimento adequado

⁹ Em março de 2019, dois eventos de Justiça Restaurativa foram organizados e apoiados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e pelo Ministério Público de Santa Catarina, um em Lages e outro em Florianópolis. Em ambos, houve a participação de três pesquisadoras/es canadenses com experiência no campo da Justiça Restaurativa e cuja vinda foi viabilizada institucionalmente pelo LEVIS, responsável pelo convite: Serge Charbonneau (Diretor de EquiJustice do Quebec e Pesquisador do Centro Internacional de Criminologia Comparada da Universidade de Montreal/Canadá); Catherine Rossi (Professora da Universidade Laval/Canadá no Departamento de Serviço Social e Criminologia); e Marie-Claire Belleau (Professora do Departamento de Direito da Universidade Laval/Canadá). A parceria com o EquiJustice, datada de longos anos, redundou mais recentemente na participação do professor Theophilos Riffiotis no Comitê Consultivo para questões de Justiça Restaurativa e Mediação, no qual aquele organismo vem analisando as possibilidades e limites da sua atuação no âmbito da “violência de gênero”.

¹⁰ Em Santa Catarina, um coletivo foi formado em 2020 para discutir a possível implementação de um grupo reflexivo em Florianópolis. A iniciativa teve a participação, em maior ou menor grau, de pesquisadoras da equipe, especialmente a do Prof. Adriano Beiras.

na qualificação das profissionais responsáveis. Essa mesma ausência de uma formação em gênero marca a 2ª Vara Criminal, à qual são encaminhados, por determinação de um decreto, os casos referentes à Lei Maria da Penha. Mais do que isso, as autoras demonstram obstáculos no acesso à justiça – sobretudo entre mulheres de baixa renda, dentre as quais há desconfiança em relação à polícia e ao sistema de justiça – e as circunstâncias que conduzem à reprivatização da violência doméstica. Em meio a um cenário de desmonte de políticas públicas e sociais, as universidades (pública e privada) asseguram a oferta de determinados serviços, tanto aqueles expedientes sociojudiciários quanto programas relacionados às chamadas “justiças do diálogo”.

Alinne de Lima Bonetti é a autora do segundo capítulo desta coletânea, que trata da pesquisa realizada na cidade gaúcha de Uruguaiana. Somos conduzidos por uma descrição que, ao mesmo tempo em que caracteriza a exiguidade da rede e a precariedade de serviços públicos no campo da violência de gênero naquela localidade, revela a maneira como a temática é apropriada por setores políticos conservadores com vistas a ganhos eleitorais. Percorrendo audiências de conciliação no fórum, entrevistas com agentes públicos, audiência pública na cidade e documentos legislativos locais, o texto demonstra, etnograficamente, as costuras entre moral, moralidades, concepções de família, convenções de gênero e concepções de classe – e a maneira como elas operacionalizam os expedientes ligados à judicialização da violência de gênero. Todos esses elementos conformam e fomentam uma perspectiva familista, isto é, uma ideologia que concebe a família como valor central das políticas públicas. Ao longo de sua análise, Bonetti situa essa lógica familista observada em campo a partir de duas chaves analíticas principais: o fortalecimento de ondas neoconservadoras de orientação cristã, que visam à proteção da família como um valor; e a expansão de racionalidades neoliberais, que transferem para a família responsabilidades que em princípio caberiam ao Estado.

O terceiro capítulo, de autoria de Fernanda Cardozo, trata dos grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero na região metropolitana de Florianópolis. Para tanto, passa também pelas categorias utilizadas na rede local de serviços para designar esses sujeitos

e pelos modelos desejáveis de abordagem junto a eles no campo das políticas públicas, com especial ênfase nas ideias de *educação* e de *responsabilização*. Os grupos reflexivos, que ganham força no contexto de entendimento de que “*só a punição não basta*”, são oferecidos a públicos que chegam ao serviço por diferentes percursos: aqueles que, após sentença desfavorável no âmbito da Lei 11.340/06, optam pela suspensão condicional da pena e são encaminhados aos grupos como parte obrigatória do benefício judicial; e aqueles contra quem é expedida medida protetiva, aos quais o serviço é oferecido como uma sugestão (com todo o peso simbólico de um documento assinado por uma juíza ou um juiz). O texto descreve, nesse sentido, o planejamento e o modo de funcionamento dos grupos, os desafios com que se deparam profissionais responsáveis e os sentimentos e avaliações morais dos homens a respeito do conflito e da inscrição de sua experiência no dispositivo da lei.

Rozeli Porto, Paulo Victor Leite Lopes e Lyane Emanuelle Vicente apresentam, no quarto capítulo, a pesquisa conduzida na cidade de Natal. Com base em entrevistas junto a diferentes agentes sociojudiciários e na observação de audiências, os autores dedicam sua análise especialmente a dois dos elementos que caracterizam a judicialização da violência de gênero na localidade: a chamada suspensão condicional do processo e os grupos reflexivos para homens autores de violência. Os grupos reflexivos são descritos pelas/os interlocutoras/es como uma medida eficaz no enfrentamento da violência de gênero e cujos impactos significativos seriam evidenciados pela não reincidência entre os participantes. Percebidos como uma forma de envolver os homens na resolução dos conflitos e de promover sua responsabilização pelos atos de violência, os grupos desempenhariam também uma dimensão pedagógica da Lei Maria da Penha, possibilitando a abordagem do fenômeno a partir de suas dimensões socioculturais. O encaminhamento para essas atividades se dá, por sua vez, pela “suspensão condicional do processo”, um recurso da Lei 9.099/95 acionado por esses atores para viabilizar uma espécie de saída restaurativa, com a adesão dos homens acusados aos grupos reflexivos, a participação das mulheres na construção de soluções e a reparação dos danos causados.

No quinto capítulo, Adriano Beiras e Bibiana Beck Garbero abordam as ações da Polícia Civil de Santa Catarina no campo da violência de gênero que se situam para além das medidas punitivas e da investigação criminal. Orientada pelo paradigma da segurança cidadã, a instituição tem implementado projetos que levam em conta as complexidades em torno dos conflitos em relação amorosas e familiares, as quais, por sua vez, não podem ser resumidas a inquéritos policiais. Entre um atendimento e outro diante de situações de violência, as/os agentes se deparam com demandas por serviços de saúde, de assistência social, de orientação jurídica ou de acolhimento psicossocial, por exemplo. As iniciativas da Polícia Civil operam, nesse sentido, oferecendo palestras junto a escolas, orientação e apoio às mulheres na tomada de decisões quanto aos procedimentos, grupos reflexivos aos homens autores de violência, dentre outras atividades. Entretanto, observam os autores que o apelo público e o incentivo institucional à investigação, à penalização e à judicialização como soluções ainda impõem desafios a profissionais que buscam ações de caráter preventivo e/ou educativo.

O sexto capítulo se concentra na experiência do Núcleo de Justiça Restaurativa na cidade de Lages, um experimento que, além de campos como a socioeducação e o ambiente escolar, tem buscado implementar práticas restaurativas em casos de *violência doméstica*. Gabriela Feldhaus de Souza, Natíelle Machado Santos e Mareli Eliane Graupe descrevem a formação teórico-metodológica do núcleo, as principais referências e conceitos articulados nessa formação e a criação de dispositivos legislativos no município para a viabilidade da Justiça Restaurativa. Por meio de entrevistas, as autoras acessam não só a forma como agentes que integram as atividades do Núcleo pensam a Justiça Restaurativa, seus princípios e sua aplicabilidade em situações de violência de gênero, como também o exercício permanente de reflexividade em torno dos efeitos e desafios de sua implementação.

Matilde Quiroga Castellano discute a vitimização, temática cara aos estudos de judicialização da violência de gênero, no sétimo capítulo desta coletânea. A partir da descrição de uma audiência judicial relativa à Lei Maria da Penha em Santa Catarina, explora a construção da vítima no processo judicial e a forma como esse lugar se coloca em disputa no

andamento dos relatos. Sua observação também permite identificar o peso da “prova material” nessa negociação e legitimação da vitimidade, como exames de corpo de delito, laudos médicos, exames periciais, os quais podem atuar na redistribuição de vitimidades e responsabilidades entre as partes envolvidas. A autora demonstra ainda como, apesar de esforços locais para uma abordagem restaurativa – com a transformação no tratamento durante a audiência ou o encaminhamento para serviços de atenção psicossocial –, a mulher *vítima* permanece apartada de detalhes do processo que lhe permitiriam compreender as motivações e as razões dos atos do *réu*.

No oitavo capítulo, Patricia Marcondes Amaral da Cunha e Fernanda Raizer Gomes pegam carona – literalmente – na Patrulha Maria da Penha, um projeto da Polícia Militar que visa a acompanhar o cumprimento de medidas protetivas deferidas no âmbito da Lei 11.340/06. Em Santa Catarina, a iniciativa integra a Rede Catarina de Proteção à Mulher e pressupõe a atuação de uma dupla de policiais, formada por pelo menos uma policial mulher. Acompanhando as visitas realizadas pela Patrulha, as autoras descrevem as práticas policiais, o modo como acionam a rede sociojudiciária e as questões trazidas pelas mulheres que solicitam as medidas. Cada caso demanda das agentes não apenas um protocolo a ser posto em prática, mas avaliações e negociações contingentes, sentimentos morais específicos e mesmo laços de solidariedade e de afeto, o que denota os agenciamentos desses sujeitos que fazem o Estado.

Por fim, o nono capítulo é escrito por Olga Brunatti e Natalia Castelnuovo Biraben. Levando em conta a abertura democrática na Argentina e a democratização dos instrumentos penais e do acesso à justiça, as autoras percorrem normativas jurídicas, em níveis nacional e regional, com o objetivo de identificar a maneira como a violência de gênero é, em suas palavras, “narrada” no campo legislativo. As narrativas que sustentam os dispositivos legais em torno da violência de gênero também permeiam e orientam as ferramentas através das quais operadores da justiça apreendem e colocam em prática esses dispositivos. À criação de diferentes dispositivos normativos corresponde não apenas a formulação de diferentes maneiras de gerenciar a violência de gênero no campo da justiça, como ainda diferentes enfoques conceituais do fenô-

meno – de violência familiar, que circunscrevia a violência de gênero ao espaço doméstico e às relações de parentesco, o ordenamento jurídico passou à categoria violência contra as mulheres, por exemplo. No entanto, ao longo do texto, Brunatti e Castelnuovo Biraben demonstram que a emergência de novas normativas não assegura que o conjunto de preceitos que sustenta as anteriores seja totalmente substituído, fazendo com que concepções distintas se sobreponham e deem margem a controvérsias e a ambiguidades.

*

Para concluir a nossa apresentação, destacamos o caráter necessariamente plural das abordagens analíticas e da oferta de serviços a fim de que se possa contribuir para fazer face à “violência de gênero” e para colocar em perspectiva as práticas de gênero que a sustentam. No nosso entendimento, os experimentos sociais nesse campo estão marcados por uma condição pendular entre alavanca e arena: de um lado, pelo seu valor de instrumento para a mudança social das relações de gênero, ou seja, seu caráter de alavanca; mas igualmente porque, nesses mesmos experimentos, observamos dinâmicas de disputas entre modelos de socialidade de gênero, configurando-os como arena. Como proposto por um dos autores desta apresentação:

Parodiando Bruno Latour, em “Jamais Fomos Modernos”, diremos que as “violências contra as mulheres”, “mulheres em situação de violência”, em termos de “violência de gênero”, são, ao mesmo tempo, reais, discursivas e sociais. Assim, precisaremos voltar a análise sobre a própria nomeação e as formas de verificação que disputam a sua definição e legitimam modalidades de intervenção social. De tal modo que, considerando a judicialização da “violência de gênero” como uma matriz de inteligibilidade, podemos adotar uma postura interrogativa sobre os modos como ela se constitui e como ela constrói o seu objeto de intervenção. Um modo preliminar de colocar a nossa questão norteadora poderia ser formulada nos seguintes termos: como se constrói e desconstrói o debate atual sobre a judicialização da “violência de gênero”? Ou ainda: qual é o objeto jurídico que se constrói e desconstrói na sua tradução em crime? Ou ainda: quais são as configurações de sujeito cons-

truídas na judicialização da “violência de gênero”? São questões complexas, pois elas se apresentam eivadas de atravessamentos históricos e culturais, e também pelas políticas etnográficas colocadas em ação na pesquisa¹¹.

É exatamente nesse sentido que compreendemos que o campo da judicialização da “violência de gênero” e das práticas alternativas é fundamentalmente dinâmico, socialmente produtivo, teoricamente vigoroso e politicamente aporético. Novas propostas, demandas, interlocutores e dispositivos se interpõem no campo, possibilitando novos desdobramentos, efeitos e desafios. Cabe à pesquisa social monitorar e explorar esses aspectos permanentemente emergentes e o modo como dinamizam o campo e produzem modos de subjetivação.

¹¹ Em parceria com Jean Segata, estamos preparando a publicação de um volume intitulado *Políticas Etnográficas no Campo da Judicialização*, a ser publicado ainda no corrente ano, no qual pretendemos enfatizar a pluralidade de eleições etnográficas que fundamentam os distintos modos de conduzir e de produzir a etnografia no campo dos estudos da judicialização. A citação corresponde a um capítulo de autoria de Theophilos Rifiotis.

